



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº , DE 2019

(Do Sr. Rogério Correia)

Requer a realização de Audiência Pública para debater as denúncias feitas pelo site The Intercept Brasil onde mensagens de texto trocadas no âmbito da operação “Lava Jato” por Sérgio Moro, procuradores da república e o procurador chefe da operação Lava Jato Deltan Dallagnol.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo Requeiro, com fundamento no art. 24, III c.c o art. 255 do Regimento Interno, depois de ouvido o plenário da Comissão, a realização de Audiência Pública para debater as denúncias feitas pelo site The Intercept Brasil onde mensagens de texto trocadas no âmbito da operação “Lava Jato” por Sérgio Moro, procuradores da república e o procurador chefe da operação Lava Jato Deltan Dallagnol.

Justificação

Nas referidas mensagens, o então juiz federal foi muito além do papel que lhe cabia quando julgou casos da Lava Jato. Em diversas conversas privadas divulgadas até a data de hoje, fica claro que Moro sugeriu aos procuradores que trocassem a ordem de fases da Lava Jato, cobrou agilidade em novas operações, disse quem deveria e quem não deveria ser investigado, deu conselhos estratégicos e pistas informais de investigação, antecipou ao menos uma decisão, criticou e sugeriu recursos ao Ministério Público e deu broncas em Dallagnol como se ele fosse um superior hierárquico dos procuradores e da Polícia Federal.

Trechos das conversas apontam para a gravidade dos fatos que ainda devem ser elucidados, “talvez fosse o caso de inverter a ordem das duas planejadas” sugeriu Moro a Dallagnol, falando sobre fases da investigação. “Não é muito tempo sem operação?”, questionou Sérgio Moro após um mês sem que a força-tarefa fosse às ruas. “Não pode cometer esse



CÂMARA DOS DEPUTADOS

tipo de erro agora”, repreendeu, se referindo ao que considerou uma falha da Polícia Federal. “Aparentemente a pessoa estaria disposta a prestar a informação. Estou então repassando. A fonte é seria”, sugeriu, indicando um caminho para a investigação. “Deveríamos rebater oficialmente?”, perguntou, no plural, em resposta a ataques do Partido dos Trabalhadores contra a Lava Jato. Sugeriu que fizessem texto para a imprensa rebatendo entrevista dos advogados de Lula se referindo a “showzinho da defesa”. Em outro trecho do chat privado entre Sergio Moro e o procurador Deltan Dallagnol revela que o ex-juiz discordou de investigações sobre o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso na Lava Jato porque, nas palavras dele, não queria “melindrar alguém cujo apoio é importante”. O diálogo ocorreu em 13 de abril de 2017, um dia depois do Jornal Nacional ter veiculado uma reportagem a respeito de suspeitas contra o tucano.

A nossa constituição define claramente que no sistema acusatório do processo penal, o acusador e o julgador não podem se misturar, cabendo ao juiz analisar de maneira imparcial os conteúdos da acusação e da defesa, resguardando a devida neutralidade em relação ao resultado do processo. No entanto, os diálogos agora revelados demonstram que o senhor Sérgio Moro se intrometeu no trabalho do Ministério Público, e mais do que isso, atuou como indutor das ações como auxiliar da acusação, ferindo o princípio da imparcialidade previsto na Constituição Federal e no Código de Ética da Magistratura.

Os assuntos aqui tratados reportam a forma como agentes públicos tramaram para atentar contra o direito de o ex-presidente Lula ter um julgamento justo e imparcial. Diante da gravidade dos fatos, considero que devemos realizar esta Audiência Pública e convidar as seguintes autoridades:

- 1- Deltan Dallagnol; - Procurador Chefe da Operação Lava Jato;
- 2- Associação Brasileira de Juristas pela Democracia – ABJD

Sala das Comissões, de junho de 2019.

Rogério Correia
Deputado Federal PT-MG